

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

MARINA COUTINHO TORRALBO VENEGAS

Necropoder e Práticas Necrocapitalistas: Análise do Caso da Purdue Pharma e a Família Sackler

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais

São Paulo

2023

MARINA COUTINHO TORRALBO VENEGAS

Necropoder e Práticas Necrocapitalistas: Análise do Caso da Purdue Pharma e a Família Sackler

Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
Orientador: Prof. Dr. David Magalhães

São Paulo

2023

RESUMO

Este trabalho se baseia na obra “O Império da Dor” do jornalista Patrick Radden Keefe, que narra a história da família Sackler, dona da Purdue Pharma. A empresa é conhecida por produzir e comercializar *painkillers* como OxyContin, gerando uma crise de saúde pública nos EUA com mais de 600 mil mortes. Apesar da Purdue Pharma ter sido multada, os proprietários nunca foram penalizados. O estudo revisita o conceito de necrocapitalismo e necropoder para analisar essa impunidade e entender o que caracteriza as ações da Purdue Pharma como práticas necrocapitalistas, uma vez que os responsáveis não estão interessados em cessar a crise, mas manter a manutenção da mesma em suas mãos, visando lucrar tanto com o abuso das substâncias à base de opioide, quanto com o tratamento de vítimas dos mesmos opióides que eles produzem, caracterizando o necropoder, conceito para controle e subordinação de corpos vulneráveis [no contexto de tratamento da dor], como guia e motivador teórico por trás de todo o lucro dos Sacklers e sua companhia.

Palavras-chave: Purdue Pharma. Necrocapitalismo. Necropoder. OxyContin. Pós-colonial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
REVISÃO DE LITERATURA.....	09
CASO DA PURDUE PHARMA E FAMÍLIA SACKLER.....	16
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

O contexto geral deste trabalho é baseado no trabalho do jornalista estadunidense Patrick Radden Keefe (2017), *O Império da Dor*. A obra conta a história da família Sackler, uma das mais influentes do mundo e dona da Purdue Pharma, farmacêutica responsável por produzir e vender tranquilizantes como o Valium e, posteriormente, o OxyContin, gerando um faturamento de 35 milhões de dólares em menos de 2 anos de lançamento e uma crise na saúde pública americana que gerou mais de 600 mil mortes até os dias atuais. Logo após o lançamento do OxyContin, havia indícios de que as pessoas estavam abusando dele em áreas rurais como Maine e Appalachia. Ao triturar o comprimido e inalar ou dissolver em líquido para injetar, o paciente/usuário anula o mecanismo de liberação prolongada e libera uma enorme carga narcótica de uma só vez (AQUINA, *et al.*, 2009). Não coincidentemente, os usuários podiam aprender sobre esses métodos lendo um rótulo de advertência que acompanhava cada receita, que dizia: “Tomar comprimidos de OxyContin quebrados, mastigados ou esmagados pode levar à liberação e absorção rápidas de uma dose potencialmente tóxica”.

À medida que mais e mais médicos prescreviam OxyContin para uma variedade cada vez maior de sintomas não-oncológicos, alguns pacientes começaram a vender seus comprimidos no mercado ilegal. Médicos que eram facilmente manipulados por seus pacientes - ou corrompidos pelo dinheiro em jogo - criaram as chamadas clínicas de pílulas: clínicas médicas especializadas no tratamento da dor que prosperavam em um negócio atacadista de emitir receitas de OxyContin. Apesar de todos os indícios iniciais, a Purdue Pharma não retirou o medicamento das prateleiras nem reconheceu que ele era viciante, além disso, a família proprietária da empresa também não se pronunciou pela verdade. Em vez disso, os responsáveis insistiram que o único problema era que os usuários recreativos de drogas, ao se depararem com o OxyContin no mercado, migraram seus vícios e dependências ao fármaco e, por isso, ele seria perigoso; ou seja, o problema não está no remédio, mas na administração dele, garantindo a seus financiadores a impunidade eterna.

Em 2001, Michael Friedman, vice-presidente executivo da Purdue, testemunhou perante uma audiência do Congresso convocada para investigar o aumento alarmante do abuso de opióides e reforçou que os relatórios envolvem pessoas que estão abusando do medicamento, não pacientes com necessidades médicas legítimas. No ano seguinte, uma mulher de 29 anos de Nova Jersey foi receitada OxyContin por uma lesão nas costas, mas após quatro meses no medicamento, ela morreu dormindo, por parada respiratória, deixando para trás um filho de

seis anos. Sua mãe era enfermeira e ficou convencida de que o OxyContin era perigoso, por isso escreveu aos funcionários da F.D.A., para que acrescentassem à embalagem do OxyContin um aviso sobre o risco de dependência (KEEFE, 2017).

Meses após a tragédia, a mãe da vítima participou de uma palestra sobre dependência química, física e emocional na Universidade de Columbia. Entretanto, um dos palestrantes era um dos especialistas em comunicação da Purdue e havia lançado uma campanha vigorosa para defender o medicamento (KEEFE, 2017). Ao ser questionado sobre a vítima contextualizada, o especialista advertiu que não se deveria interpretar a tragédia como uma responsabilidade da Purdue, uma vez que o verdadeiro problema era a própria vítima que, segundo ele, abusava de drogas. Em seu livro, Keefe (2017) relata que outro palestrante no evento foi um consultor médico sênior da Purdue que insistiu que o OxyContin não era viciante e comparou o medicamento a um vegetal: “se eu te desse um talo de aipo e você comesse, seria saudável. Mas se você colocasse em um liquidificador e tentasse injetar nas suas veias, não seria bom”.

A partir de uma revisão literária, o objetivo deste trabalho é compreender quais mecanismos contribuem para com a impunidade dos responsáveis de tantas mortes. Isto é, mesmo que, atualmente, a Purdue Pharma seja reconhecida como a empresa que liderou uma calamidade na saúde pública estadunidense e tenha pagado uma multa bilionária aos governos denunciadores, os verdadeiros responsáveis, ou seja, os donos da empresa nunca foram penalizados perante a lei. Para desenvolver estes mecanismos num cenário de análise em Relações Internacionais, será utilizado como base teórica o conceito de necrocapitalismo de Banerjee (2008) a partir de uma ótica pós-colonial desenvolvida por Mbembé (2003), a necropolítica. Nesta metodologia, também foram revisados artigos e pesquisas das comunidades de medicina estadunidense voltadas para estudos sobre uso de fármacos à base de opióides no tratamento da dor e de acadêmicos das áreas de Relações Internacionais, Criminologia e Sociologia, além de reportagens dos grandes canais de mídia televisiva e colunas em jornais, como The New York Times.

A necropolítica é um conceito criado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2003) para analisar as formas de poder que se exercem sobre a vida e a morte das populações, especialmente as que foram submetidas ao colonialismo e ao racismo. O autor se inspira na noção de biopoder de Michel Foucault, que se refere ao conjunto de técnicas e saberes que permitem ao Estado controlar e regular os corpos e as populações, tanto no nível individual quanto no coletivo. No entanto, Mbembe (2003) vai além de Foucault e mostra como o

biopoder se transforma em necropoder, ou seja, em um poder que decide quem pode viver e quem deve morrer, quem é digno de proteção e quem é descartável, quem é humano e quem é inumano. Para melhor compreendermos tais análises, Mbembe (2003) aponta que o necropoder é propagado via formas de violência extrema que visam aniquilar o outro, como genocídio, campos de concentração, escravidão, apartheid. Em sua obra, o autor contribui para os estudos pós-coloniais ao denunciar a lógica colonial e racista que sustenta o necropoder e ao propor uma crítica da razão negra, que busca afirmar a pluralidade e a diferença das experiências históricas e culturais dos povos africanos e da diáspora.

O necrocapitalismo (BANERJEE, 2008) é um termo usado para descrever a lógica capitalista que explora e sacrifica a vida humana em nome do lucro. A indústria farmacêutica é um exemplo de necrocapitalismo, pois muitas vezes prioriza os interesses econômicos das grandes corporações em detrimento da saúde pública e do acesso universal aos medicamentos. Ao considerarmos que a indústria farmacêutica opera sob uma lógica imperialista de escassez artificial, que cria e mantém a dependência de seus pacientes aos medicamentos independente das consequências, a Purdue Pharma, será criticada por sua influência sobre as políticas de saúde, os sistemas regulatórios, os profissionais de saúde e os meios de comunicação, que favorecem a medicalização da sociedade e a mercantilização da vida. Assim, o conceito de capitalismo de Banerjee pode ser usado para analisar como a indústria exerce um poder de morte sobre as populações que são excluídas ou exploradas pelo sistema capitalista, e como esse poder se articula com as relações coloniais e racistas que marcam a história da saúde global.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Mesmo em momentos de crise econômica, a indústria farmacêutica é capaz de se reconstruir ao passo que as empresas têm acesso a materiais e produtos em sua mais pura forma, com a capacidade de alteração molecular dos ingredientes. Ou seja, o controle de custo-benefício e produtividade é manejado a depender das necessidades nacionais para com aquele produto, e a flexibilidade com que a indústria química se movimenta em tempos de instabilidade faz com que seja utilizada como uma ferramenta de manutenção e segurança da economia. Reiss (2014) argumenta que de 1939 a 1949, a indústria farmacêutica/química dos Estados Unidos foi o setor comercial de maior crescimento do país, apresentando praticamente o dobro dos demais setores e, devido ao desenvolvimento exponencial destas empresas, o governo estadunidense, durante a Guerra Fria, enxerga oportunidades de expansão nos investimentos na indústria com a finalidade de se preparar para eventuais ataques e guerras, armazenando matéria-prima e fármacos já desenvolvidos para conter possíveis danos causados aos militares e sociedade civil.

Desta forma, entende-se que o império da indústria farmacêutica nasce junto ao império estadunidense, logo, a partir de guerras e, principalmente, da influência econômica acerca das negociações e estratégias comerciais em parceria com o governo dos Estados Unidos. Como forma de “abraçar” as oportunidades abertas pós Segunda Guerra para expandir o mercado de drogas farmacêuticas pelo globo e estabelecer a hegemonia estadunidense na indústria, o próprio governo organiza conexões entre as empresas locais e empresas do segmento em países da América Latina para facilitar o processo de infiltração no mercado internacional e, uma vez que os resultados são positivos, a próxima meta para alcançar o objetivo imperial é inserir-se nas regiões europeias que eram dominadas pela indústria farmacêutica alemã antes da guerra, além de causar desconforto na concorrência local da Alemanha e Japão.

Em suma, a expansão comercial a nível internacional da indústria estadunidense é baseada na descentralização das operações, garantindo a dominação de toda cadeia produtiva até a seleção de fármacos disponíveis para o cliente final e ações intensivas de marketing, além da promoção de políticas em favor do setor farmacêutico, subsidiando pesquisas, desenvolvimento de produtos e patentes prolongadas. De fato, o marketing por trás dos bens de consumo produzidos pela indústria não é apenas mais uma estratégia comercial padronizada para avanço de vendas; as ações e projetos de publicidade significavam, essencialmente, presença e influência. Não à toa, segundo argumentos levantados para

explicar o baixo desenvolvimento da indústria na Europa Ocidental, 56% das exportações totais de drogas farmacológicas vêm de compradores latinoamericanos (REISS, 2014).

Uma vez compreendido o funcionamento e ascensão imperial de empresas farmacêuticas estadunidenses, é necessário entender o protagonismo do ópio e quais foram os manejos realizados pela indústria para se esquivar das burocracias de inserir uma nova droga no mercado. A história do ópio, desde a Guerra do Ópio entre ingleses e chineses até a produção de fármacos opióides no século XXI, está intrinsecamente ligada ao lucro gerado aos laboratórios farmacêuticos que desenvolveram essas substâncias. No século XIX, a Merck, uma empresa alemã, entrou em cena com a produção da morfina, isolada pela primeira vez a partir do ópio. A morfina revolucionou o alívio da dor, mas também trouxe consigo o risco de dependência (DUARTE, 2005).

No início do século XX, a Bayer também sintetizou a heroína como um analgésico considerado seguro e não viciante. No entanto, a heroína, fabricada originalmente como medicamento, tornou-se amplamente associada ao vício e ao tráfico de drogas. Avançando para o século XXI, empresas farmacêuticas como Purdue Pharma, fabricante do OxyContin, foram centrais na produção de medicamentos opióides prescritos. O OxyContin, lançado em 1995, foi promovido como uma revolução no alívio da dor, mas acabou sendo amplamente abusado, contribuindo para a crise dos opioides nos Estados Unidos (KIBALY et al., 2021). Além disso, o fentanil, um opióide sintético, foi desenvolvido para tratamento da dor severa, é altamente potente e apresenta um elevado risco de morte por overdose (DUARTE, 2005).

Essa história complexa do ópio, com a contribuição de várias empresas farmacêuticas, destaca os desafios enfrentados na regulação e uso responsável de opióides, bem como as implicações profundas dessas substâncias para a saúde pública e as políticas de drogas ao longo dos séculos, que contribuem diretamente para com a manutenção do neoliberalismo, uma vez que toda a história da indústria farmacêutica é corrompida por corridas de patentes e a corrupção das entidades governamentais e agentes de saúde. Sabe-se que para a distribuição de uma nova droga, é necessário inúmeros testes e pesquisas, além de permissões para distribuição e documentos extensivos que comprovem não apenas a efetividade do fármaco, mas a sua necessidade (GÖTZSCHE, 2016) e como esta droga se comporta a nível social, ou seja, se os efeitos trazem riscos à saúde pública e à segurança da população.

Entretanto, apesar do conhecimento geral que se tem em torno de disputa de concorrência e estruturação do mercado, os crimes corporativos cometidos entre gigantes do polo farmacológico superam todas as barreiras éticas, morais e de direitos humanos, mas,

ainda assim, as penalidades aplicadas giram em torno da retenção de lucros e multas bilionárias que, uma vez pagas, “apagam” os rastros criminosos deixados pela burguesia corporativa. A impunidade dessas empresas é reflexo da ordem neoliberal de subordinação estatal ao capitalismo e o fomento das práticas de lobby, grupos de advocacy e *revolving door* (AGUILAR et al., 2016) contribuem para com a manutenção dessa ordem, além de legitimar a desregulamentação do mercado e promover ações mentirosas à população. A Purdue Pharma, desde de sua reestruturação orquestrada por Richard Sackler, enviesado pelas conquistas gananciosas de seu tio Arthur Sackler, não economizou esforços para vender OxyContin.

Ao traçar estratégias de marketing pautadas em campanhas mentirosas e corrupção de representantes de vendas, médicos, funcionários de órgãos públicos, políticos e etc, a Purdue lucrou quase 50 milhões de dólares em apenas um ano de lançamento da droga à base de oxicodona e elevou seu número de prescrições de 1997 a 2002 em quase 850% (VAN ZEE, 2009). Estes números representam, brevemente, a voracidade dos lucros gerados pela empresa dos Sacklers em poucos anos e sugerem que a inserção do OxyContin ao mercado farmacológico de Dores Crônicas Não-Oncológicas é o estopim da crise opioide vivida nos Estados Unidos atualmente (SPIETHOFF et al., 2020), resultado da impunidade dos crimes corporativos.

Existem três grandes atos que impulsionam os crimes da Purdue Pharma para uma situação epidêmica: primeiro, uma carta de cinco linhas publicada no *New England Journal of Medicine*, em 1980, alegando, sem embasamentos científicos aprofundados, que o uso a longo prazo de opioides não causa dependência química (LEUNG et al, 2017); segundo, maior aceitação dos médicos clínicos e da família por incentivo da indústria e; terceiro, a classificação da dor como o “quinto sinal vital”, elaborada pela *American Pain Society* e divulgada pela Purdue Pharma entre hospitais e clínicas médicas (SOA v Purdue Pharma, 2017).

Numa análise conspiracionista, é como se os Sacklers já estivessem cientes dos males que a oxicodona causaria, mas, em prol do lucro, contribuíram para a disseminação massiva dessas drogas e orquestraram vendas multimilionárias (KEEFE, 2017). A partir destes três eventos que premeditaram a crise de saúde pública atual, entende-se o poder da indústria e a facilidade que as corporações têm de moldar o cenário a favor delas, independente dos prejuízos à humanidade (REISS, 2014). Banerjee (2008), numa ótica pós-colonial, analisa este comportamento despreocupado das consequências causadas pela sede de lucro das

corporações e seus administradores a partir do conceito de necropolítica de Mbembé (2003) como uma estrutura necrocapitalista.

Por considerar o imperialismo uma forma de silenciar vítimas da colonização, torna-se essencial estudar este caso sob análises e teorias pós-coloniais. O pós-colonialismo nos permite reconquistar o direito à vida de povos marginalizados que são coagidos pelo poder institucional colonialista (MBEMBÉ, 2003) e expor as facetas do desenvolvimento (WESTWOOD, 2006). O discurso da teoria pós-colonial contesta as atuações do poder imperial, bem como a lógica capitalista de controle sobre a vida, ao passo que a imposição de ideologias neoliberais como ferramenta para manutenção do capitalismo expande as formas de dominação imperial (OLIVEIRA, 2021). No estudo de Banerjee (2008), o autor procura explorar o conceito de necrocapitalismo, examinando os processos históricos que deram origem ao imperialismo e ao colonialismo. Ele destaca como esses processos contribuíram para a expansão do capitalismo, ao implicarem diferentes formas de dominação, acumulação e exploração de territórios, tanto de forma formal quanto informal. Durante essa jornada, Banerjee (2008) encontra-se com outros conceitos, como o estado de exceção e a violação da soberania. A soberania de um país ou território é demonstrada pela capacidade de tomar decisões, mesmo em situações excepcionais (SCHMITT, 2006). Dessa forma, em casos de conflitos, é responsabilidade do Estado resolver a situação, implementando medidas que tenham como objetivo restabelecer a ordem interna, mesmo que isso signifique recorrer à ditadura ou a outras medidas extremas. Entretanto, os impérios modernos se envolvem em territórios além de suas fronteiras, seja na política, na administração do mundo em desenvolvimento, ou ao provocar guerras que resultam na confusão entre combatentes e não combatentes (HOBSBAWM, 2010). O aumento no número de civis mortos e feridos devido às guerras, juntamente com a diminuição do poder dos governos, a privatização dos recursos de guerra e o surgimento de mais atores privados no cenário internacional.

Em seu ensaio, Mbembe (2003, p. 11) assume que “a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem deve viver e quem deve morrer”. Não se trata apenas do poder de morte que, por si só, não consiste em soberania, pois essa, em sua fase extrema, é aquela que “faz viver ou deixa morrer”, é o domínio da vida enquanto vida que completa a dominação. Ao atribuir à soberania o poder de decisão sobre a morte, ou seja, de matar ou permitir viver, Mbembe (2003) apresenta a política como “a morte que vive uma vida”, sendo, ainda, a necropolítica a subjugação da vida ao poder da morte, que é o necropoder, isto é, o poder de determinar quem morre.

Esses dois termos, necropolítica e necropoder, são discutidos por Mbembe (2003, p. 40) para dar conta dos modos pelos quais “armas são empregadas no interesse da destruição de pessoas e na criação de ‘mundos de morte’, novas e únicas formas de existência social nas quais populações estão sujeitas a condições de vida que conferem a elas o status de mortos vivos”. A relação entre o estado de exceção e a soberania resulta em uma autoridade de matar não somente controlada pelo Estado, e sim distribuída pela sociedade. O conceito de estado de exceção descrito por Agamben (1995) é descrito a partir da criação e garantia de uma situação em que a soberania, ao invés de estar a par de, supera os poderes da lei, não havendo qualquer distinção entre o político e jurídico, mas que também não se equipara à anarquia.

No que tange ao necrocapitalismo, as fronteiras de territórios e nações, em função das normas de independência e suprema autoridade dos Estados-nações, têm sido difundidas às “formações imperiais” – uma condição para o necrocapitalismo – ao compreendermos o colonialismo como um eterno estado de exceção, em que a soberania se torna um exercício de poder superior à lei (BANERJEE, 2008), em que as corporações transnacionais parecem operar com impunidade. E é o poder de colonização que vai permitir a exibição do poder de morte frente àqueles destinados a permanecer vivos, sendo, então, a soberania não apenas o poder de morte sobre o colonizado, mas também sua derrota física, psicológica e moral. Ainda, práticas que caracterizam o necrocapitalismo negam às pessoas o acesso a recursos que são essenciais para sua saúde e vida. Banerjee (2008, p. 1.546) argumenta que o necrocapitalismo emerge da “interseção da necropolítica e da necroeconomia, como práticas de acumulação em um contexto (pós) colonial, por atores econômicos específicos – corporações transnacionais, por exemplo”. Ainda segundo o autor, são práticas que envolvem a desapropriação, morte, tortura, suicídio, escravidão, destruição de meios de subsistência e a administração geral da violência. Desse modo, o conceito de Banerjee (2008) subsidia a análise dos crimes corporativos cometidos por transnacionais quando se trata de crime que envolve morte, violência, despossessão, bem como o da Purdue Pharma e o incentivo à dependência do seu fármaco OxyContin.

Em paralelo, Hobsbawm (2007) aponta que a fragilidade da democracia liberal está no retorno ao *laissez-faire* por políticos e representantes que questionam as capacidades do poder do Estado e de sua integridade territorial, uma vez que a privatização e desvalorização do serviço privado em detrimento do serviço público favorece a emancipação de uma soberania de mercado. O autor sugere a reflexão quanto a dois elementos influentes no processo político democrático: a imprensa moderna e a expressão da opinião pública por ação ou inação direta

(HOBSBAWM, 2007). A imprensa moderna potencializou o poder da opinião pública. A ação direta, ligada à política de imprensa, influencia imediatamente os tomadores de decisão, sem níveis intermediários, principalmente em assuntos transnacionais, gerando a necessidade de uma ação rápida e improvisada. A globalização, portanto, gera um conflito de forças que atuam sobre o Estado, sendo um problema para a democracia liberal. O autor indica que o melhor a fazer é manter afastada da publicidade a tomada de decisões (HOBSBAWM, 2007).

A forma que os Sacklers encontraram para manter a boa aparência foi moldada pelo patriarca Arthur Sackler e mantida ao longo das gerações. Arthur dizia aos seus filhos para que deixassem o mundo melhor do que quando o encontraram e encontrou na filantropia o método perfeito para maquiar a imagem da família, vinculando o sobrenome a museus e instituições renomadas das artes e da academia em geral, mas jamais aos negócios farmacêuticos e/ou de comunicação da família (KEEFE, 2017). O patriarca, de uma forma ou outra, confirma as análises políticas e econômicas de Hobsbawm (2007) em “Globalização, democracia e terrorismo.” Com tamanha relevância e influência adquiridas pelo patrimônio estimado em bilhões de dólares, o trabalho filantrópico tem seu objetivo atingido com sucesso. Entretanto, torna-se evidente a lógica capitalista pós-colonial da Purdue Pharma e sua falta de comprometimento com uma agenda que promova o bem-estar daqueles que adoeceram graças ao Lirium, Valium e, especialmente, ao OxyContin.

O necrocapitalismo canalizado pela família Sackler reflete, primordialmente, nesta contínua tentativa de se esquivar das responsabilidades de suas ações e modelar a imagem pública de seus integrantes, mas não somente reflete à filantropia, como também ao marketing focado em sustentar uma falsa realidade onde as drogas farmacológicas à base de opióides são altamente seguras e não causam dependência química, física e/ou emocional no tratamento a longo prazo, e nas estratégias comerciais de venda e distribuição da droga. Em entrevista ao jornalista Keefe (2017), Allen Frances, ex-presidente de estudos psiquiátricos da Escola de Medicina da Universidade de Duke, relata que o nome da família Sackler sempre esteve associado aos trabalhos mais renomados e aos restritos frutos do capitalismo, mas que todo este império foi construído em cima da dependência e da dor -- literalmente, óbvio, mas aqui a intenção é abranger a dor como a régua utilizada para quem deve morrer e quem deve viver. O vício em *oxy* é a chave do lucro da Purdue Pharma, logo, dos Sacklers.

Em seus estudos e pesquisas, Keefe (2017) comenta sobre um memorando de 1995 enviado à equipe de lançamento do OxyContin estabelecendo que o fármaco não seja nichado apenas aos pacientes oncológicos, além de estrategicamente focar o discurso de venda e

apresentação em médicos clínicos gerais que não fossem especialistas em dor e atingir pacientes que desconhecem os efeitos e riscos dos opióides. Os representantes de vendas receberam diversos treinamentos para contornar quaisquer objeções levantadas pelos médicos durante sua apresentação e contavam com materiais educacionais produzidos por médicos contratados pela Purdue para elaborar tais conteúdos e participar de conferências médicas, onde eles também promoveriam o medicamento. Basicamente, a companhia estruturou seu marketing em seu próprio ecossistema: representantes comerciais da Purdue Pharma convencem os médicos quanto à segurança do medicamento com literatura produzida por médicos pagos e/ou financiados pela empresa (KEEFE, 2017). Dentre seu mau-caratismo, o auge está na produção de falsos depoimentos de trabalhadores relatando como o OxyContin os ajudou a voltar ao trabalho braçal, pondo fim a suas dores crônicas e médicos enaltecendo “os milagres dos opióides.”

Kolodny *et al.*, (2015) sugere que apesar de muitas das mortes por overdose de drogas à base de opióides não serem diretamente resultantes do abuso exclusivo de OxyContin, a prescrição do medicamento contribuiu para com o aumento do consumo de opioides e, conseqüentemente, um estado de calamidade na saúde pública estadunidense. Banerjee (2008) examina os efeitos da “espada” (MEDEIROS, 2017) dos negócios e sua capacidade de criar realidades entre a vida e a morte na economia política contemporânea, questionando quais práticas no capitalismo pós-colonial levam à subjugação da vida. E desde então, o autor desenvolve uma compreensão do necrocapitalismo. No caso, para a indústria farmacêutica, em específico Purdue Pharma, a morte não é vista como uma possibilidade, mas como uma oportunidade para atingir os objetivos da empresa, porque o poder de decisão sobre a vida é um mecanismo de negociação comercial, e o fator “vida” são apenas curvas dos gráficos de um *sales pitch*.

Ao elaborar o pensamento pós-colonial, observamos como o imperialismo envolve a exploração dos recursos de outra nação/território, o controle da soberania política de uma região, agindo através do poder institucional, econômico e discursivo que, segundo Banerjee (2008), constrói a noção incontestável de desenvolvimento e de conceitos que impedem o surgimento de outras narrativas. Nas regiões periféricas, seja de um país desenvolvido, seja de um país emergente, a instalação de uma corporação transnacional implicaria a ideia de desenvolvimento, cujo preço se paga subordinando a vida à morte. As empresas usam o poder para determinar quem deve viver, violam leis, normas e instituições e criam formas de atrasar a aplicação das leis até que o decreto conquistado por lobby e corrupção entre em vigor. A

coerção da população, tanto dos trabalhadores como da comunidade, é obtida através do poder das corporações, que colocam os governos e outras organizações globais a seus pés.

3 ESTUDO DE CASO OU REVISÃO DA LITERATURA

O império da família Sackler origina-se a partir de estratégias publicitárias para fármacos desenvolvidas pelo patriarca da família, Arthur Sackler (1913 - 1987). Arthur entendia que a fórmula para o sucesso dos medicamentos à época era o marketing direto para os médicos habilitados para a prescrição do produto, além de divulgações em periódicos de medicina e contratação de médicos renomados para recomendarem os remédios (WHITE, 2022). Tamanha era sua assertividade acerca dos negócios de publicidade farmacêutica, o patriarca, ao ser contratado pela Roche na década de 60, trouxe como resultado o primeiro calmante a bater 100 milhões de dólares em vendas, também conhecido como Valium (KEEFE, 2017).

A partir do sucesso de vendas não só do Valium, mas também do Librium -- outro calmante desenvolvido pela Roche --, Arthur Sackler tornou-se uma das pessoas mais ricas da cidade de Nova York, Estados Unidos (WHITE, 2022). Com toda sua riqueza, Sackler abre caminhos para ele e sua família iniciarem seus investimentos filantrópicos em museus, universidades e demais associações públicas. Além disso, ainda entre os anos 60 e 70, Arthur e seus irmãos, Raymond and Mortimer, compram a Purdue Frederick, uma empresa farmacêutica criada no século XIX que centraliza seus esforços em laxantes e produtos para remoção de cera dos ouvidos (KEEFE, 2017). Alguns anos após o falecimento de Arthur Sackler, Richard Sackler - sobrinho de Arthur e presidente da Purdue Frederick - muda o nome da empresa para Purdue Pharma próximo ao lançamento do OxyContin (oxicodona).

O império construído por Arthur Sackler se estendia para além dos campos farmacêuticos. Os Sacklers, enquanto multi-bilionários, buscavam manter boas aparências quanto ao nome da família, mas seus integrantes e atividades se mantinham em *low profile*. Para construir o império e mantê-lo, a família contava com mecanismos políticos para conquistar o público e desvincular o famoso sobrenome das ações da Purdue Pharma. Por isso, com sua fortuna estimada em torno de 13 bilhões de dólares, os Sacklers promoviam doações multimilionárias às principais instituições de arte e educação dos Estados Unidos à Europa, como Royal Ballet School, Museu Metropolitano de Arte, Royal College of Art, além dos institutos que levam o nome da família, como The Sackler Library em Oxford, o Instituto Sackler na Universidade de Columbia, e galerias de grandes museus como Museu do Louvre em Paris (KEEFE, 2017).

Entretanto, com o rápido crescimento das vendas e prescrições do OxyContin, a família imperial construída por Arthur se torna alvo de manifestações e denúncias, responsabilizando-os pela epidemia que, segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), custou a vida de mais de 500.000 pessoas mortas por overdose de opióides de 1999 a 2020. Contudo, mesmo que diretamente ligados à crise de saúde pública, pena máxima dada aos Sacklers foi a retirada do nome da família de alguns museus e instituições de ensino; isto é, a Purdue Pharma, em 2019, após sofrer mais de 3000 queixas criminais apresentadas por atores governamentais e não-governamentais quanto a campanha de marketing do OxyContin, que consistia desde publicidades de panfletos a pagamentos e bônus para médicos e representantes de vendas do fármaco opióide e corrupção de agentes federais, pede falência à justiça ao pagar 4,5 bilhões de dólares em troca da isenção de responsabilidade da família Sackler da tragédia promovida - e sem data prevista para ser contida (Sánchez-Vallejo, 2021).

O OxyContin é um fármaco à base de opióides que promete ter um ciclo de meia-vida de 12 horas e, por conta disso, é mais fácil de ser administrado pelo paciente, visto que ele poderia tomar seu medicamento duas vezes ao dia: uma ao acordar e outra antes dormir, além do benefício de não ter de acordar de madrugada para se medicar (PURDUE PHARMA, 1996). Num documento de *press-release* disponibilizado pelo LA Times em 2016, Paul D. Goldenheim, Vice-Presidente da Purdue à época, defende “[...] with every twelve-hour OxyContin dose, many patients may experience pain relief and may enjoy daytime activities and nighttime rest without the inconvenience of taking tablets every four to six hours. [...] our studies suggest that OxyContin is an ideal choice in progressive pain management when around the clock therapy is indicated” (PURDUE PHARMA, 1996). É válido ressaltar que estudos do *The Medical Letter on Drugs and Therapeutics* (VAN ZEE, 2009) mostram que a oxicodona, ingrediente ativo do OxyContin, não oferecia vantagens em relação a outros opioides potentes disponíveis - além de que drogas controladas, como o OxyContin, apresentam riscos para a saúde pública quando são excessivamente promovidas e prescritas, devido ao seu potencial de abuso e desvio.

O marketing agressivo e amplamente promovido do OxyContin resultou em um aumento significativo de vendas e disponibilidade: em 1996, a empresa lucrou 44 milhões de dólares com as vendas de 316.000 receitas médicas prescritas para dores crônicas, em sua maioria, não-oncológica; já em 2001, o lucro ultrapassou um bilhão de dólares, o equivalente à venda de pouco mais de 7 milhões de prescrições médicas (VAN ZEE, 2009). Isto

demonstra que, em 5 anos, Purdue Pharma teve um crescimento de, mais ou menos, 2000% com as vendas de um único fármaco. As campanhas de marketing da farmacêutica não se fechavam apenas ao público consumidor, como médicos e pacientes, mas também aos vendedores. A empresa da família Sackler orquestrava diversos *sprints* de vendas e competições estaduais e nacionais entre os representantes de vendas, onde os vencedores seriam premiados com bônus anuais, viagens, eventos, carros, etc. Segundo Van Zee (2009), em 2001, os bônus anuais sobre as vendas chegavam a quase 130% do salário médio dos representantes de vendas. Além disso, de 1996 a 2000, a Purdue Pharma aumentou seu time de representantes e, consequentemente, em médicos contatados em 111% (VAN ZEE, 2009).

A propaganda reiterada pelos representantes estava na performance de 12h do remédio. Entretanto, pacientes começaram a relatar que o efeito durava menos que o prometido e a solução da Purdue Pharma foi aumentar as dosagens únicas, desenvolvendo pílulas de até 80 mg de oxicodona e incentivando o início do tratamento com pílulas de 20 a 40 mg, ao invés da dose inicial de 10mg (LA TIMES, 2016). Porém, ainda que os efeitos analgésicos sejam mais fortes a cada nova pílula desenvolvida, os efeitos colaterais são tão fortes (ou mais) quanto, e se cessam apenas ao tomar outro comprimido - iniciando, portanto, um ciclo vicioso e abusivo da prescrição. Inegavelmente, o número de pacientes usando OxyContin de forma abusiva, médicos prescrevendo o fármaco sem checagem prévia de histórico de abuso de outras substâncias (SERVIN, 2020) e exames neuropsicológicos, jovens utilizando *oxy* de forma recreativa, além do marketing apelativo, foram contribuintes para o sucesso mascarado e sangrento da família Sackler..

Com discursos que reforçam que o OxyContin não era um opioide como os demais, já que este causava dependência em apenas 1% de seus usuários e que dependência química não é comum, dependência química é raro entre os pacientes que administram a droga de forma correta (LA TIMES, 2016), os executivos da Purdue buscavam, de alguma forma ou outra, confundir e/ou enganar médicos e pacientes quanto aos danos vitais que a nova droga à base de opioide trazia consigo. Em entrevista ao correspondente Bill Whitaker para reportagem conjunta do canal *60 Minutes* e *The Washington Post* (2018), Joe Rannazzisi, ex-agente federal do Drug Enforcement Administration (DEA), alega que, não apenas a gigante farmacêutica, como também as empresas responsáveis pela distribuição dos comprimidos de opioides para as farmácias, clínicas médicas - e até mesmo para o mercado ilegal - são peças-chave para a crise de saúde pública que os Estados Unidos estariam enfrentando.

O *boom* de abertura de *pain-clinics* (clínicas médicas especializadas no tratamento da dor) também é notável durante o período em que o *oxy* estava sendo agressivamente prescrito, elabora Rannazzisi na mesma entrevista. O ex-agente do DEA pontua que tamanha era a preocupação das autoridades que investigavam a comercialização ilegal dessa nova droga que “fez com que a epidemia do crack parecesse com um nada,” já que eles não estavam mais lidando com gangues de bairro e adolescentes vendendo droga em becos e esquinas (WHITAKER, 2018). Toda cadeia distributiva do OxyContin era realizada sob comando e administração de grandes empresas, e a forma a qual as receitas estavam sendo distribuídas para clínicas e farmácias e prescritas aos pacientes era o que preocupava os agentes do DEA que cuidavam do caso; entende-se que, naquele ponto, aqueles profissionais podiam ser rotulados também como traficantes de droga. Para a Purdue Pharma - lê-se *para os Sacklers* - a forma como seu produto estava sendo distribuída era extremamente lucrativa, independente dos danos sociais e à saúde que foram causados ao longo dos anos.

As companhias de distribuição deveriam, em atitude de boa-fé, informar ao DEA pedidos de reestoque suspeitos, como no exemplo citado na entrevista conduzida por Whitaker, onde uma farmácia localizada na cidade de 392 habitantes, no interior de West Virginia, encomendou 9 milhões do opioide hidrocodona no período de dois anos. Em 2011, segundo dados do National Vital Statistics Report (2018), a oxicodona foi a droga que mais causou mortes por overdose nos Estados Unidos: de 41.340 mortes por overdose, 5.587 foram referentes ao princípio ativo do OxyContin. Neste mesmo ano, agentes federais do DEA descobriram que a indústria farmacêutica estaria pagando alguns agentes do próprio DEA para fazerem “vista-grossa” acerca dos pedidos suspeitos de reestoque para farmácias e *pain-clinics*.

Vítima do OxyContin e atual ativista contra a impunidade dos responsáveis pela crise de saúde pública, Nil Goldin relata ao Artforum (2017) que a família Sackler, cujo nome era reconhecido em contextos museológicos e galerias, desempenhou um papel crucial na propagação da epidemia de opioides. O envolvimento de Goldin com o OxyContin teve início em Berlim quando o medicamento lhe foi inicialmente prescrito para uma cirurgia. Apesar de ter seguido as instruções médicas, Goldin expõe que tornou-se dependente da noite para o dia (ARTFORUM, 2017). É importante lembrar que para a prescrição de opióides é necessário analisar o histórico de abuso de drogas e demais complicações psicológicas do paciente, entretanto, a ativista revela que o OxyContin, por sua pureza, foi a substância mais limpa que já utilizou, dando a entender que já possuía um histórico de consumo de entorpecentes

psicoativos. Inicialmente, a dosagem de quarenta miligramas era excessivamente forte, porém, à medida que o hábito se desenvolvia, Goldin buscava por mais e mais pílulas de *oxy*. No primeiro momento, a paciente conseguiu manter o controle, mas sua situação tornou-se progressivamente caótica: ela passa a trabalhar no sistema de saúde de Berlim apenas para conseguir as receitas e, quando é desligada de seu emprego, passa a encomendar o fármaco diretamente dos Estados Unidos via FedEx. A eficácia do fármaco, como é típico em todas as drogas, diminuiu, e para sentir os efeitos de forma mais agressiva, ela inicia o consumo por via inalatórias.

Os primeiros relatos de Nil Goldin nos mostram como a droga desenvolvida pela Purdue Pharma e financiada pela família Sackler pode transformar a vida de seus usuários num piscar de olhos. A arma do crime utilizada pela corporação em suas campanhas necrocapitalistas não é uma arma de fogo, mas as campanhas e distribuição de comprimidos de 10 a 80 miligramas altamente viciantes. Na realidade, numa analogia ao poder bélico, as armas da Purdue e dos Sackler são suas campanhas de marketing, corrupção de agentes federais e órgãos públicos, produção de materiais mentirosos e demais financiamentos agressivos para a venda e prescrição do remédio; já as balas destas armas, estas sim são os comprimidos. Assim como as balas de armas de fogo, o OxyContin se aloca física e emocionalmente no corpo das vítimas, colocando-as em situações de extrema vulnerabilidade entre a vida e a morte, ao passo que para você viver após ser baleado é necessária uma grande equipe de profissionais que se responsabilizam pelo cuidar do seu destino e trabalhar para que o melhor aconteça. No caso do OxyContin, o melhor que pode acontecer, para o paciente, é o alívio da dor; para a corporação, é a dependência química.

Ao se mudar para Nova York, Nil Goldin encontra um fornecedor de OxyContin, disponível 24 horas por dia, que lucrava, não com a droga, mas com prescrições massivas. Segundo relata Goldin, sua quantidade de pílulas consumidas aumentou de três por dia, conforme prescrito, para dezoito. Após esgotar as receitas em seu fornecedor, recorreu mercado ilegal de drogas, resultando em uma overdose ao consumir fentanil por via nasal - tamanha era sua dependência, Goldin adiou sua entrada em um programa de reabilitação por um ano devido aos sintomas de abstinência causados pela retirada de opióides de sua vida. Eventualmente, a atual ativista ingressou em um programa de reabilitação que durou dois meses e meio, sendo afortunada por poder arcar com os custos de um hospital de qualidade, uma opção inacessível para a maioria. Além disso, Goldin reconhece que seu problema com

drogas não era exclusivo de sua vida e que ela vivenciava o desaparecimento de gerações afetadas pelo consumo do OxyContin.

Como grande exemplo de uma família movida pelo necrocapitalismo e financiadores de sua necrocorporação conhecida como Purdue Pharma, os Sackler acumularam sua fortuna ao fomentar a dependência, especialmente através do altamente viciante OxyContin, catalogado como um dos analgésicos mais viciantes na história da farmacologia. Conscientemente, divulgaram e distribuíram o medicamento, cientes de todos os perigos envolvidos. A família Sackler e sua empresa privada, Purdue Pharma, construíram seu império às custas de centenas de milhares de vidas. As estatísticas de óbitos por overdose de opióides, especialmente de prescrição, demonstram um aumento exponencial, ultrapassando 33 mil mortes somente nos EUA em 2015 (VAN ZEE, 2009). Destes, 80% dos usuários de heroína ou compradores de fentanil no mercado ilegal iniciaram seu consumo com uma prescrição de opioides (WHITAKER, 2018). Em resposta a essa problemática, Goldin iniciou o grupo ativista P.A.I.N. (Prescription Addiction Intervention Now), visando responsabilizar os Sacklers. O ativismo do grupo se desdobra sobre suas práticas filantrópicas, pelas quais investiram seu dinheiro proveniente de atividades questionáveis em instituições culturais e acadêmicas em todo o mundo. Hoje, o grupo exige que os Sacklers e a Purdue Pharma utilizem sua fortuna para financiar tratamento e educação sobre a dependência.

As ações de marketing compulsivo, corrupção e manipulação de informações da Purdue, ao contribuir com as milhares de mortes desde o ano de lançamento do OxyContin, configuram-se como uma transgressão à vida perpetrada pela empresa e seus dirigentes em busca de superar suas metas. Para elucidar esse caso, é adotada a concepção pós-colonial veiculada pelo termo “necro”, em sintonia com a abordagem de Banerjee (2008) ao desenvolver o necrocapitalismo, bem como os conceitos de necropolítica e necropoder, perpetuados por Mbembe (2003) para articular o conceito de necrocorporação. As entidades corporativas apresentam uma realidade obscura, que financia práticas empresariais geradoras de malefícios à sociedade em geral, abrangendo uma variedade de crimes corporativos. A necrocorporação, uma prática específica das corporações, é explicada a partir das ações corporativas que atuam contra a vida, situado no contexto pós-colonial de acumulação, conforme mencionado por Banerjee (2008), que descreve a corporação transnacional como um agente poderoso colaborando com Estados-nações, organizações supranacionais e agências internacionais na privatização necrocapitalista da soberania.

Ademais, a necrocorporação, como proposto aqui, abrange aquelas corporações, transnacionais ou não, que empregam o poder político, econômico e ideológico para intervir na sociedade e subjugar a vida ao poder da morte, mediante suas práticas gerenciais, visando à acumulação. Este conceito restringe-se às corporações que se engajam ativamente nas práticas necrocapitalistas, incluindo o que compreendemos como crime corporativo contra a vida: aquele perpetrado por corporações ou em seu benefício, que colocam o lucro e seus objetivos acima da vida, resultando em danos e morte. Ao considerar que o necrocapitalismo abrange práticas realizadas por diversos agentes (BANERJEE, 2008), em foco corporações transnacionais da indústria farmacêutica, que colaboram para instaurar a capitalização da morte, os termos concatenados ao prefixo “necro” torna-se apropriado para descrever um dos protagonistas desse processo; as corporações que cometem delitos corporativos contra a vida. A partir disto, a ocorrência desses crimes é potencial e previsível em determinadas atividades de produção, influenciando escolhas corporativas como o território de atuação, as armas utilizadas e os meios para obter consentimento (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017). A necrocorporação, portanto, canaliza sua soberania em torno da subjugação da vida pelo poder da morte, configurando-se como um local de práticas e decisões necrocapitalistas (BANERJEE, 2008).

4 CONCLUSÃO

No caso analisado, a Purdue Pharma, o “CNPJ” escudeiro das Pessoas Físicas responsáveis, os Sacklers, empregou seu poder e influência para estabelecer operações locais de manipulação e produção de substâncias letais, o OxyContin. Em concordância ao conceito elaborado por Banerjee (2008), houve subjugação da vida ao poder da morte, traduzida em óbitos, enfermidades físicas e psicológicas, além de danos irreversíveis às famílias e vítimas das decisões da corporação. Isto é, os Sacklers priorizaram o lucro de sua companhia e suas operações em detrimento da vida (, 2017), cientes das consequências de suas práticas. Por meio de seus executivos e advogados -- e corrupção --, a Purdue Pharma comprou diversas alianças com agências reguladoras, como o FDA, especialistas, instituições e até mesmo outras corporações, conseguindo mitigar e adiar várias condenações e penalidades. Além disso, vale ressaltar que a empresa e seus diretores incentivaram e investiram na distribuição massiva com campanhas publicitárias mentirosas, bem como seu poder econômico e ideológico, como instrumentos para obter tamanha movimentação e crença sobre a qualidade e relevância da droga.

A epidemia de opioides têm custado muito caro para as vítimas e suas famílias e para as autoridades responsáveis por conter o caos articulado da Purdue Pharma e seus dirigentes. Graças aos protestos e manifestações de grupos como o P.A.I.N. coordenado por Nil Goldin, mais de 40 estados dos Estados Unidos processaram a empresa por suas campanhas de marketing e omissão os reais efeitos controversos do OxyContin, tanto em tribunais estaduais quanto em federais (KEEFE, 2017). Entretanto, o posicionamento da Purdue Pharma após todos estes processos e denúncias foi um acordo envolvendo pagamento bilionário para dividir entre os estados denunciadores, além do desenvolvimento de medicamentos para tratamento de dependência e contenção de overdose. Ou seja, a companhia ofertou “comprar” aqueles que os denunciavam e sugeriu formular novos remédios e disponibilizá-los para venda/lucro (EDGELL, 2021).

Mais uma vez, a Purdue Pharma e seus diretores, Sacklers, não se importam com as vidas de seus consumidores nem com como seu produto é consumido. O que vale às necrocorporações é o lucro a qualquer custo. O conceito de Banerjee (2008) quanto às práticas necrocapitalistas é revisitado a cada nova decisão tomada em nome da Purdue Pharma e omissão dos Sacklers. Isto é, os responsáveis não estão interessados em cessar a crise, mas manter a manutenção da mesma em suas mãos, visando lucrar tanto com o abuso das substâncias à base de opioide, quanto com o tratamento de vítimas dos mesmos opióides que

eles produzem; o necropoder sendo o controle e subordinação de corpos (MBEMBE, 2003) vulneráveis ao tratamento da dor é o guia e motivador teórico por trás de todo o lucro dos Sacklers.

REFERÊNCIAS

AQUINA, C. T. et al. OxyContin® abuse and overdose. **Postgraduate medicine**, v. 121, n. 2, p. 163–167, 2009.

KIBALY, C. et al. **Oxycodone in the opioid epidemic: High ‘liking’, ‘wanting’, and abuse liability**. *Cellular and molecular neurobiology*, v. 41, n. 5, p. 899–926, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolitics**. *Public culture*, v. 15, n. 1, p. 11–40, 2003.

Philanthropy and ethics: The Sackler family case. Disponível em:
<https://www.artdex.com/philanthropy-and-ethics-the-sackler-family-case/>.

SERVIN, E. T. N. et al. **A crise mundial de uso de opióides em dor crônica não oncológica: causas e estratégias de manejo e relação com o Brasil / The world crisis of use of opioids in non-oncological chronic pain: causes and management strategies and relationship with Brazil**. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 6, p. 18692–18712, 2020.